

PESQUISA

POP RUA

Produto temático 2

**Educação, trabalho e
renda, habitação e
vínculos familiares**

2025

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Celina Leão

Vice-Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – SEEC

Ney Ferraz Júnior

Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL – IPEDF
Codeplan**

Manoel Clementino Barros Neto

Diretor-Presidente

Marcos da Silva Amaro

Diretor de Administração Geral

Marcela Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Francisca de Fátima de Araújo Lucena

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Werner Bessa Vieira

Diretor de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Estratégia e Qualidade

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS – DIPOS/IPEDF

- Marcela Machado – Diretora

Coordenação de Estudos e Pesquisas Qualitativos de Políticas Sociais – COPQL/DIPOS/IPEDF

- Jaqueline da Silva Borges – Coordenadora

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado – Diretora
- Jaqueline da Silva Borges – Coordenadora

Participação na pesquisa

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

- Marcela Machado – Revisão crítica
- Jaqueline da Silva Borges – Concepção do estudo e revisão crítica
- Diego Rodrigues de Loiola – Redação e revisão crítica
- Evelyn Maria Apolinaria Santos Arruda – Análise de dados, redação e revisão crítica
- Guilherme Duarte Carvalho – Análise de dados
- Victor Cezar de Sousa Vitor – Redação e revisão crítica
- Herick Alves Lira (estagiário) – Redação

Unidade de Ciência de Dados, Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados

- Frederico Lara de Souza – Cálculo da amostra
- Bruno Medeiros Santana – Georreferenciamento dos dados
- Renato Borges Ferreira – Georreferenciamento dos dados

Assessoria de Comunicação

- Verônica Santana dos Santos – Identidade visual

Editoração Eletrônica

- Diego Rodrigues de Loiola
- Evelyn Maria Apolinaria Santos Arruda
- Victor Cezar de Sousa Vitor

Sumário

1. Introdução	4
2. Metodologia	5
2.1 População em situação de rua	5
2.2 Coleta de dados	5
2.3 Divisão territorial do Distrito Federal	6
2.4 Instrumentos de coleta	6
3. Resultados	7
3.1 Situação educacional dos adultos.....	7
3.2 Situação educacional de crianças e adolescentes	9
3.3 Trabalho e renda.....	12
3.4 Habitação e moradia.....	18
3.5 Vínculos familiares.....	24
4. Considerações finais	28
5. Referências bibliográficas	29



1 Introdução

Este relatório integra a série de produtos resultantes do 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, cujo objetivo foi realizar a contagem e a caracterização do perfil das pessoas em situação de rua localizadas nos espaços da rua, nos serviços de acolhimento institucional e nas comunidades terapêuticas do Distrito Federal (DF).

Neste segundo produto temático - “Educação, trabalho e renda, habitação e vínculos familiares”, serão apresentadas as seguintes informações do 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua:

- Situação educacional dos adultos e das crianças e adolescentes;
- Trabalho, renda e vínculos trabalhistas;
- Habitação e moradia; e
- Vínculos familiares.

De modo complementar, inclui a comparação entre alguns dos resultados do censo de 2025 com os obtidos durante a coleta de dados da primeira edição anterior, realizada em 2022.

A partir da publicação e da ampla circulação desses dados atualizados, espera-se que proposições legislativas, intervenções e políticas públicas sejam subsidiadas por evidências científicas e alinhadas às necessidades dessa população.

Este relatório está estruturado nas seguintes seções, além desta introdução: metodologia da pesquisa e apresentação dos resultados. Na metodologia, há uma breve apresentação de aspectos, como: i) Divisão territorial; ii) Instrumentos de coleta; e iii) Coleta de dados. Já na seção dos resultados, serão apresentados os dados selecionados para este segundo produto temático.

2 Metodologia

A realização da coleta de dados do 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua teve critérios metodológicos adotados na primeira edição do Censo PopRua e em outras pesquisas com a mesma temática. Na sequência, estão elencadas algumas dessas escolhas utilizadas durante a execução do censo. Esclarecimentos detalhados podem ser encontrados na nota metodológica, disponível no site do IPEDF Codeplan.

2.1. População em situação de rua

O conceito de “população em situação de rua” adotado pela pesquisa está alinhado àquele estabelecido na Política Nacional para a População em Situação de Rua, a partir do Decreto federal nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Esse conceito é utilizado, também, em outros censos realizados no país, como São Paulo (2021), Rio de Janeiro (2022), Fortaleza (2021), Belo Horizonte (2023) e Recife (2022). De acordo com a norma, a população em situação de rua é caracterizada como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Durante os cinco dias de coleta censitária, foram abordadas todas as pessoas em situação de rua que estavam nos espaços da rua, em serviços de acolhimento e em comunidades terapêuticas. Foram contabilizadas na pesquisa as pessoas que dormiriam na rua ou em serviços de acolhimento na noite da entrevista ou dormiram nos setes dias anteriores à pesquisa em um desses espaços. Para as comunidades terapêuticas, foram contempladas aquelas pessoas que dormiram na rua ou em serviços de acolhimento sete dias antes da ida para esse tipo de instituição.

2.2. Coleta de dados

A coleta censitária aconteceu entre os dias 27 a 31 de janeiro de 2025, com início às 17h e finalizada após a varredura de todo o território previsto para aquele dia.

Cada dia de coleta contou com uma base de apoio para reunir a equipe técnica responsável pela coordenação da pesquisa e a equipe de pesquisadores que faziam a coleta de dados. Na semana seguinte, entre os dias 4 a 7 de fevereiro, foi realizada a coleta amostral.

2.3. Divisão territorial do Distrito Federal

As equipes de pesquisadores percorreram as áreas urbanas e rurais do DF em uma busca ativa por pessoas em situação de rua. Para a organização do campo, o território foi separado em cinco Distritos Censitários, sendo cada um deles percorrido durante uma noite. Os distritos censitários foram desmembrados em setores e em áreas de possível concentração da população em situação de rua, que foram demarcadas utilizando os dados do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes). As áreas de possível concentração foram percorridas a pé e as demais áreas foram percorridas com o uso de veículo automotivo em baixa velocidade.

2.4. Instrumentos de coleta

Nesta pesquisa, foram utilizados os seguintes questionários:

Questionário censitário: contagem das pessoas em situação de rua e identificação das suas principais características sociodemográficas.

Questionário de observação: para pessoas em situação de rua que não quiseram responder ou estavam, de alguma maneira, impossibilitadas de responder. Também foi utilizado para contabilizar crianças que não estavam acompanhadas de um adulto.

Questionário de crianças e adolescentes: aplicado ao responsável durante a etapa censitária, com objetivo de contar e caracterizar o perfil dessas crianças e adolescentes.

Questionário amostral: realizado na semana subsequente à coleta censitária para uma amostra do número total encontrado na etapa censitária. Esse questionário explorou as características das pessoas em situação de rua em maior profundidade e abordou temas como saúde, educação e acesso a serviços.

3 Resultados

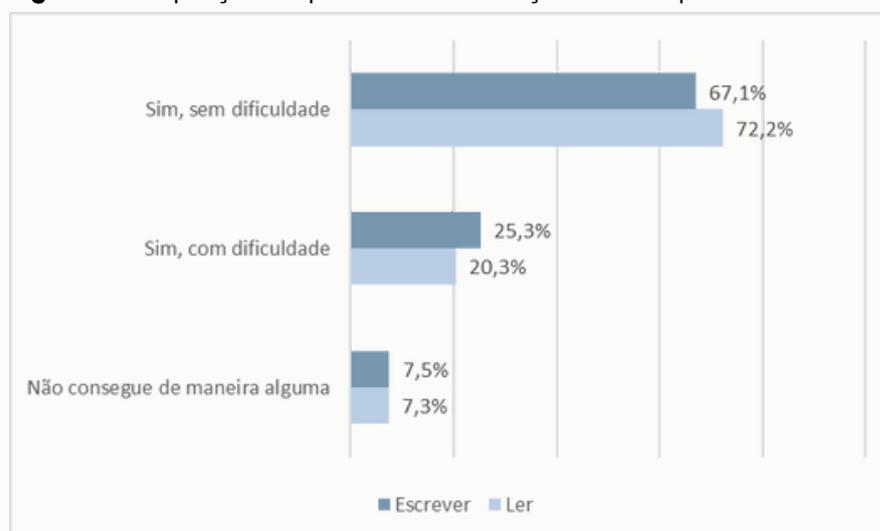
A seguir, serão apresentados os resultados do 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua que compõem o produto temático 2: **“Educação, trabalho e renda, habitação e vínculos familiares”**.

3.1. Situação educacional dos adultos

Nesta seção, são apresentados os dados sobre a situação educacional da população adulta em situação de rua, com foco na análise dos níveis de alfabetização (leitura e escrita), da escolaridade formal e da participação em cursos de formação profissional realizados por esse público. Em virtude da utilização do instrumento amostral como fonte, algumas opções de resposta às perguntas que compõem esta subseção apresentaram percentuais com elevado coeficiente de variação, o que compromete a representatividade desses dados para o conjunto da população em situação de rua e, por consequência, não serão descritos neste relatório.

Quanto à leitura, 72,2% das pessoas em situação de rua indicaram saber ler sem dificuldades, enquanto 20,3% conseguiam ler com dificuldades. Já aqueles que não conseguem ler de maneira alguma totalizam 7,3%, como indicado na figura 1. Com relação à escrita, as pessoas que escreviam sem dificuldade representaram 67,1%, um decréscimo de 5,1% quando comparado às pessoas que podem ler sem dificuldade. As pessoas que podem escrever, mas com alguma dificuldade, representaram 25,3%. Já o percentual das pessoas em situação de rua que não sabem escrever de maneira alguma é de 7,5%, próximo à proporção de adultos que não conseguem ler de maneira alguma (7,3%).

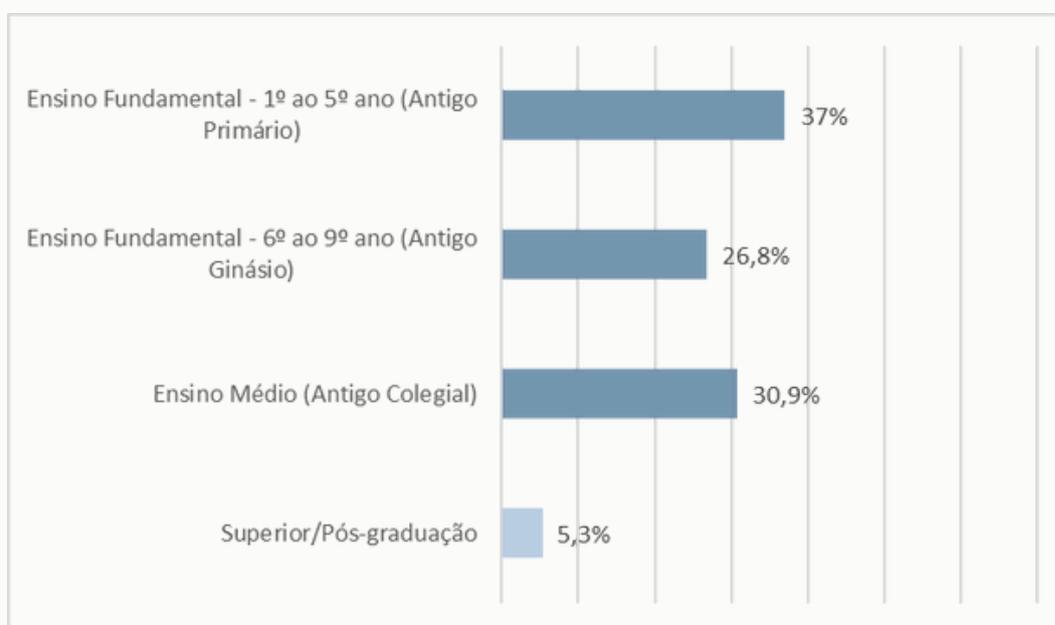
Figura 1 - Proporção de pessoas em situação de rua que sabem ler e escrever



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025. Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Quanto à escolaridade, 94,7% dessas pessoas relataram ter frequentado em algum momento. Entre elas, percebe-se, de forma agregada, que a maioria alcançou, pelo menos, o ensino fundamental (63,8%). Quando observado de forma desagregada, 37% das pessoas alcançaram os estudos nas séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), 26,8% chegaram à segunda etapa do ensino fundamental (6º ao 9º ano), 30,9% declararam estar cursando ou ter parado seus estudos no ensino médio e 5,3% relataram possuir o ensino superior ou pós-graduação. Entre as pessoas que nunca estudaram ou haviam interrompido os estudos, 53,4% mantinham o interesse de retornar ou começar a estudar.

Figura 2 - Escolaridade das pessoas em situação de rua



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Foi indagado aos entrevistados se eles já fizeram ou fazem algum curso de formação profissional. 41,2% das pessoas em situação de rua responderam positivamente. Entre esse percentual, 26,9% realizaram cursos de informática e computação e 20,2% realizaram cursos ligados à construção civil. Esses percentuais são semelhantes aos encontrados no censo de 2022, mas com uma inversão: à época, a construção civil apareceu como o principal curso realizado (11,9%), seguido dos cursos de informática e computação (9,3%).

A diversidade de cursos realizados é vasta e contempla as áreas de administração, segurança e alimentação, elencados na figura 3.

Figura 3 - Proporção de cursos profissionalizantes feitos por pessoas em situação de rua

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025. Elaboração: Dìpos/IPEDF Codeplan

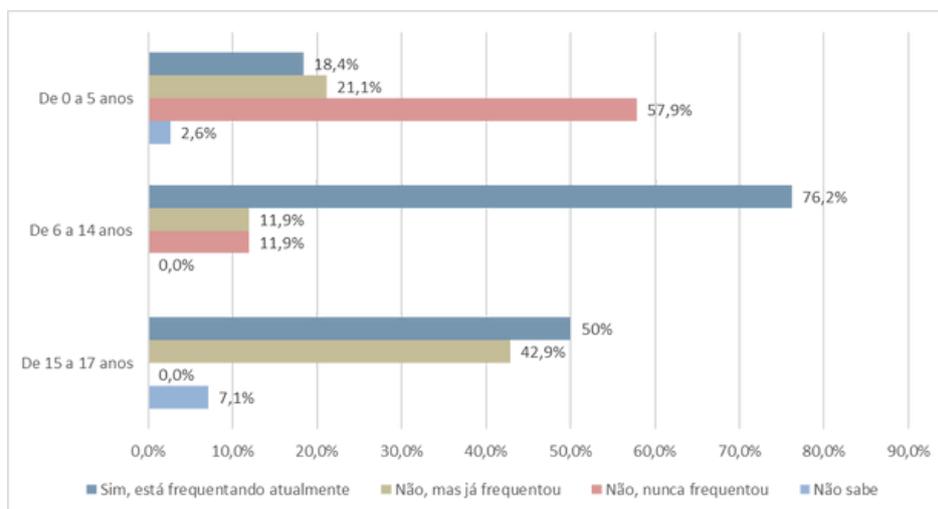
Os dados sobre a situação educacional da população em situação de rua evidenciam que a maioria dessas pessoas consegue ler e escrever sem dificuldades. Ainda, apontam para uma predominância de pessoas que interromperam os estudos no período escolar correspondente ao ensino fundamental.

3.2. Situação educacional de crianças e adolescentes

Entre crianças a partir de cinco anos e adolescentes, 54,2% sabiam ler e escrever um bilhete simples, enquanto 33,9% não sabiam. 10,2% dos responsáveis não sabiam informar se aquela criança ou adolescente possuía tais habilidades e 1,7% não responderam.

Quanto à frequência escolar, entre as crianças de 0 a 5 anos (N = 38), 18,4% estavam frequentando creche ou pré-escola no momento da pesquisa (N = 7), enquanto 21,1% já frequentaram em algum momento e 57,9% nunca haviam frequentado. Esse percentual de crianças que não frequentam a escola é esperado: nessa faixa etária, o ensino ainda não é obrigatório. Já entre as crianças de 6 a 14 anos, período etário que corresponde ao nível do ensino fundamental, 76,2% estavam frequentando a escola no momento da pesquisa e 23,8% estavam fora: 11,9% nunca chegaram a frequentar e 11,9% já frequentaram, mas saíram. Na faixa etária que corresponde ao ensino médio (15 a 17 anos), 42,9% haviam frequentado a escola, mas não frequentavam no momento da pesquisa e 50% dos jovens estavam frequentando a escola naquele período. As informações podem ser visualizadas na figura 4.

Figura 4 – Proporção de crianças e adolescentes que frequentam a escola, desagregados por faixa etária



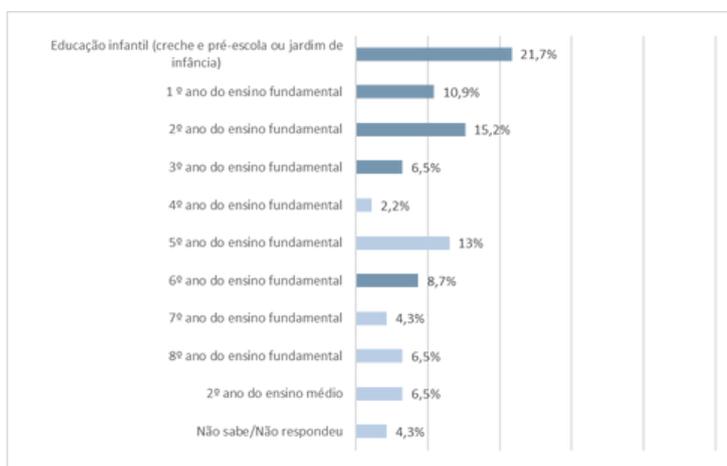
Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 92 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Entre as crianças e adolescentes que frequentavam escola ou creche durante o período da pesquisa, 67,4% estavam em algum dos níveis do ensino fundamental; 47,8% estavam nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e 19,6% nos anos finais (6º ao 9º ano). Quanto à educação infantil, etapa que compreende a pré-escola e a creche, anterior ao ensino fundamental, 21,7% das crianças em situação de rua estavam matriculadas nesse nível de ensino.

Figura 5 – Escolaridade de crianças e adolescentes em situação de rua que frequentavam a escola durante o censo



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

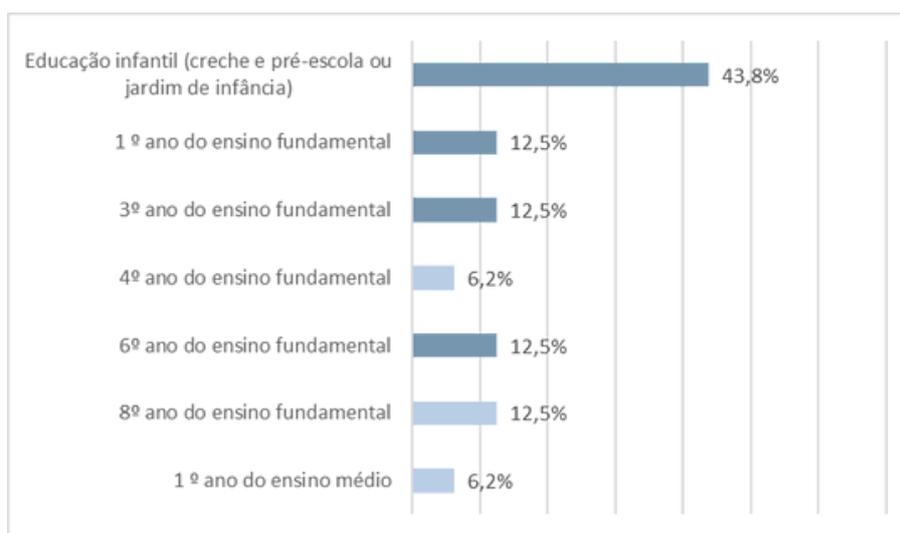
N = 46 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Apenas 6,5% estavam no ensino médio, especificamente no 2º ano. De acordo com o produto temático 1 desta pesquisa (IPEDF Codeplan, 2025b), as crianças na faixa etária de até 11 anos representam 63,6% do total de crianças e adolescentes encontrados durante o censo.

Foi perguntado o nível de escolaridade de crianças e adolescentes que, embora já tivessem frequentado a escola, encontravam-se fora da rede de ensino no momento da pesquisa (N = 19). Entre esses, 43,8% tinham cursado apenas a educação infantil, 50% chegaram a frequentar algum dos anos do ensino fundamental e 6,2% até o 1º ano do ensino médio.

Figura 6 - Escolaridade de crianças e adolescentes em situação de rua que já frequentaram a escola



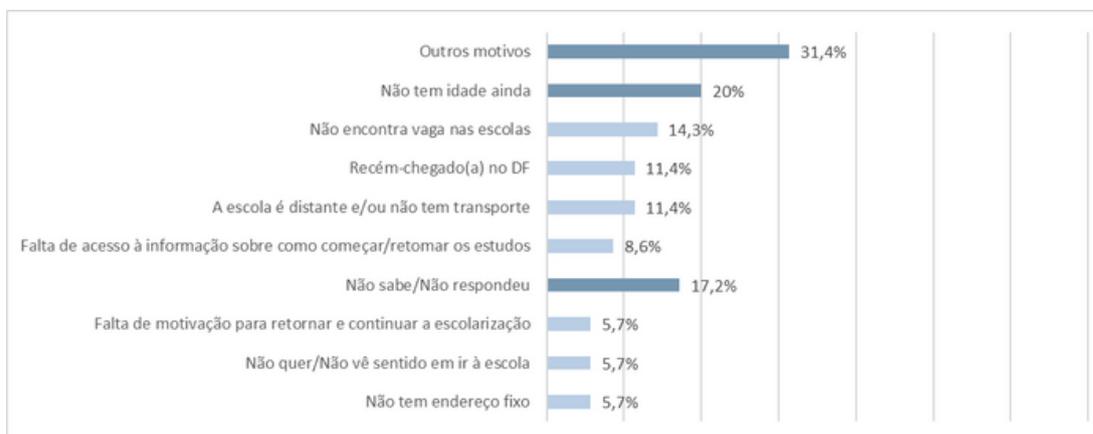
Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 16 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Entre crianças e adolescentes que nunca frequentaram a escola ou já haviam frequentado em algum momento da vida, mas estavam fora no período de realização da pesquisa, os principais motivos relatados para estarem fora do ambiente escolar, além da idade insuficiente (20%), foram: a falta de vagas nas escolas (14,3%); a chegada recente ao DF (11,4%); e a escola ser distante e/ou não possuir transporte (11,4%). Os demais motivos estão descritos na figura 7.

Figura 7 - Motivos para não frequentar a escola ou creche



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 46 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

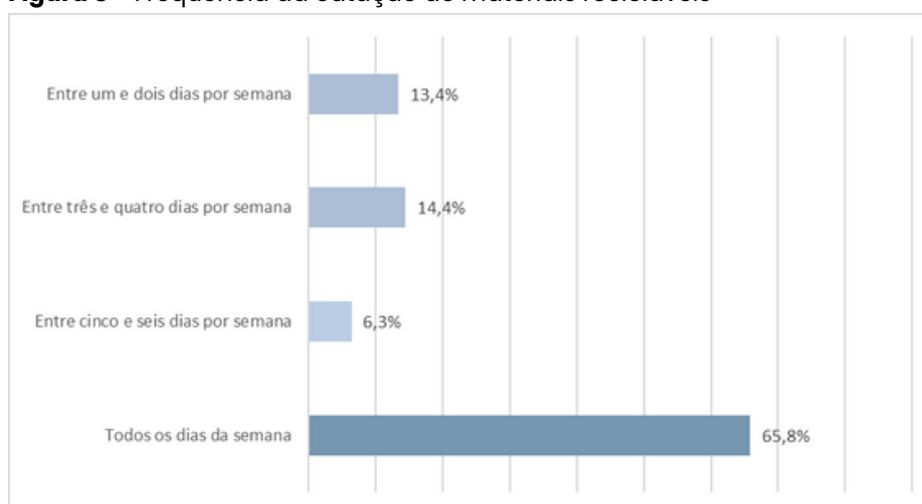
Os dados obtidos nesta seção mostram que a maior parte das crianças e adolescentes em situação de rua frequentam o ensino fundamental. No entanto, percebe-se que 45,1% delas estavam fora da escola, seja porque evadiram (18,6%) ou porque nunca frequentaram (26,5%). O número de evasão é mais alto quando observado os adolescentes de 15 a 17 anos: 42,9% deles já frequentaram a escola, mas não o faziam no momento da pesquisa. Através dessas informações, é possível constatar que o ensino obrigatório e gratuito ainda não é acessado por todas as crianças e adolescentes em situação de rua que estão em idade escolar.

3.3. Trabalho e renda

Nesta seção, estão descritas as informações relativas à catação de materiais recicláveis realizada por pessoas em situação de rua, incluindo a quantidade de dias dedicados a esse trabalho, os meios de transporte utilizados e a existência de vínculos com associações ou cooperativas de reciclagem. Na sequência, são apresentadas outras formas de trabalho e estratégias de geração de renda. Também foram perguntadas ocupações e vínculos trabalhistas mantidos antes da vivência nas ruas e quais eram os vínculos existentes no momento da pesquisa. Por fim, são analisados dados relativos à renda mensal dessas pessoas e como ela é utilizada.

Entre os respondentes, 51,4% (N = 898) relataram coletar latinhas ou materiais recicláveis. Esse resultado é semelhante ao do censo de 2022, em que 53,8% informaram realizar essa atividade. Foi indagado no censo de 2025, também, a frequência de catação: 65,8% procuram por materiais recicláveis todos os dias da semana, enquanto 14,4% realizam catação entre três e quatro dias; e 13,4% entre um e dois dias (figura 8).

Figura 8 - Frequência da catação de materiais recicláveis



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

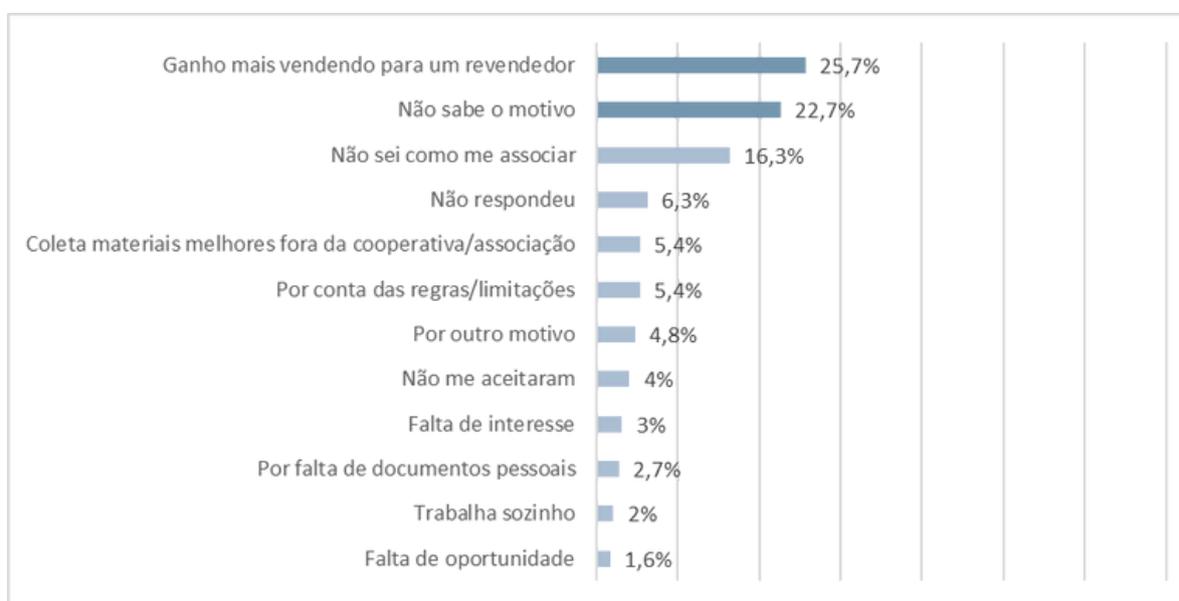
Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

O material coletado é recolhido, principalmente, com o auxílio de sacos ou caixas (79,2%); e 20,7% recolhem com auxílio de veículo de tração humana.

Das pessoas que realizam catação, 4,6% (N = 41) possuem vínculo com alguma cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis. Os demais (91,3%; N = 820) são catadores autônomos, ou seja, sem algum tipo de vínculo. Entre as pessoas que realizam a catação de forma autônoma, 94,1% delas relataram vender o material para um revendedor, atravessador ou aparista, enquanto 5,5% vendia para uma cooperativa ou associação.

Foi perguntado para os catadores autônomos o principal motivo para não se vincularem a uma associação ou cooperativa de materiais recicláveis. O motivo mais frequentemente relatado para não estarem vinculados a associações ou cooperativas de reciclagem foi a possibilidade de obter maiores rendimentos vendendo diretamente para um revendedor (25,7%). 22,7% não sabem o motivo de não estarem associados a uma cooperativa. Também foram mencionados: não saber como se associar (16,3%), as regras e as limitações (5,4%), a possibilidade de coletar melhores materiais fora da cooperativa/associação (5,4%) e a falta de interesse em se associar (3%), conforme a figura 9.

Figura 9 - Principal motivo para não ser associado a uma associação ou cooperativa de materiais recicláveis



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

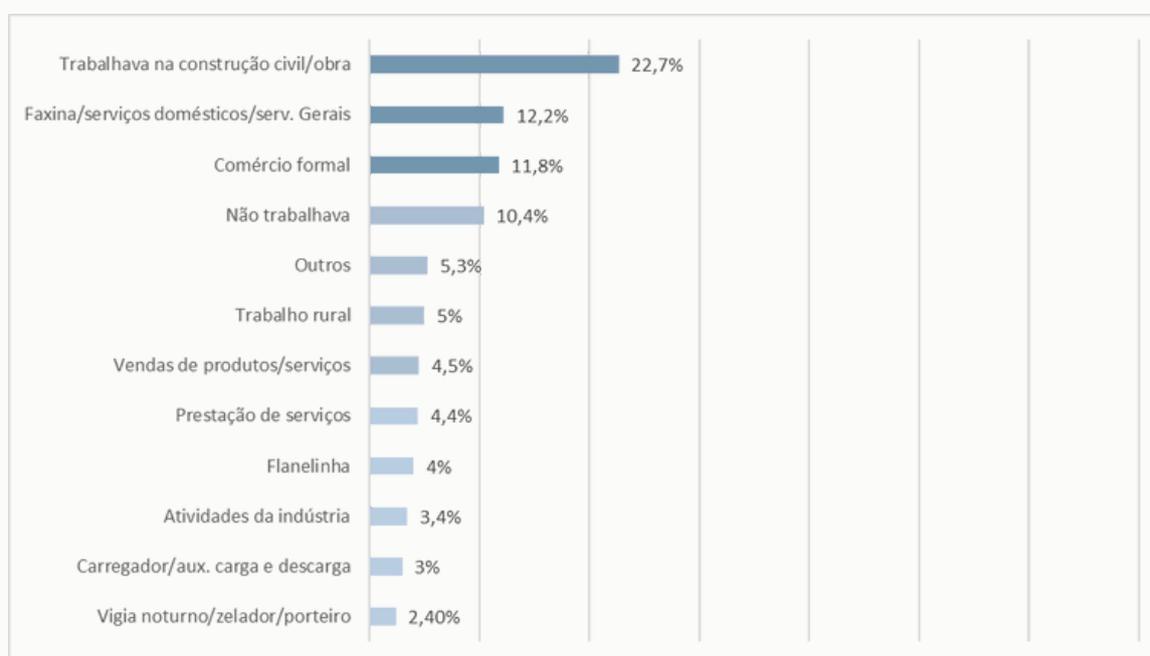
N = 820 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Foi perguntado para as pessoas em situação de rua se elas possuíam cadastro no Sistema Nacional de Emprego (Sine), sistema intermediador entre empregadores e vagas disponíveis para pessoas cadastradas: 72,8% indicaram que não possuem.

Antes da situação de rua, 22,7% dos entrevistados informaram trabalhar na área da construção civil ou obras, seguido de 12,2% que trabalhavam em faxina, serviços domésticos ou serviços gerais e 11,8% que trabalhavam no comércio formal. É relevante destacar, também, o percentual de de pessoas que não trabalhavam antes da situação de rua, no momento de realização da pesquisa (10,4%). Ao todo, 89,6% das pessoas responderam que trabalhavam antes de estarem em situação de rua (figura 10).

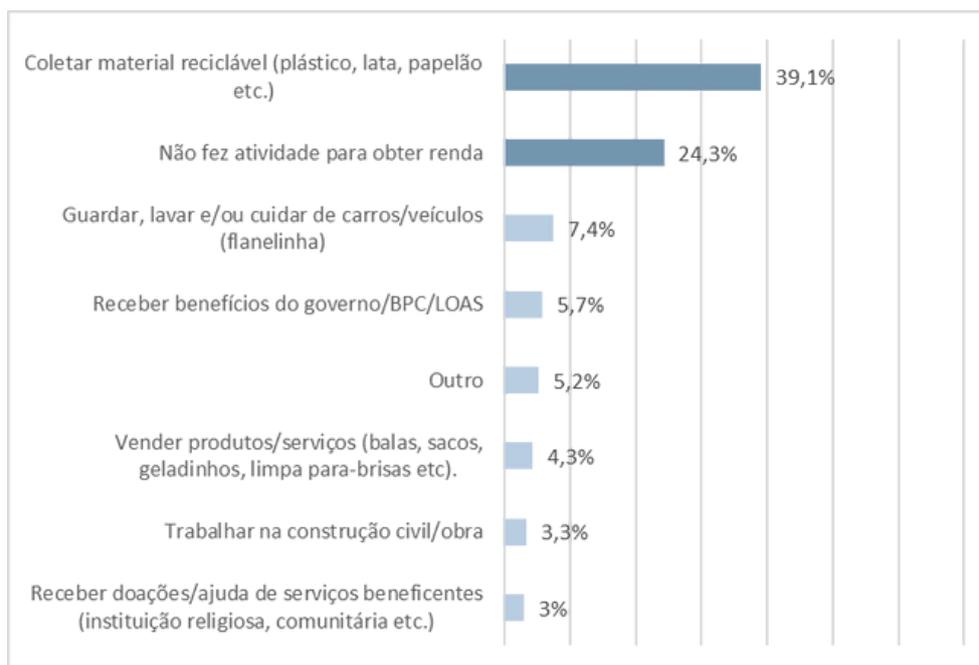
Figura 10 - Tipo de trabalho antes da situação de rua



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

A principal atividade exercida para a obtenção de renda no momento da realização da pesquisa também foi perguntada. Embora o trabalho de construção civil ainda seja a principal atividade para obter renda de 3,3% das pessoas em situação de rua, esse percentual é residual, quando comparado à coleta de materiais recicláveis, que é a atividade principal de 39,1% dessas pessoas atualmente (figura 11). Esse percentual segue próximo ao identificado em 2022, quando 33,6% informaram que a principal atividade para geração de renda era a coleta de material reciclável.

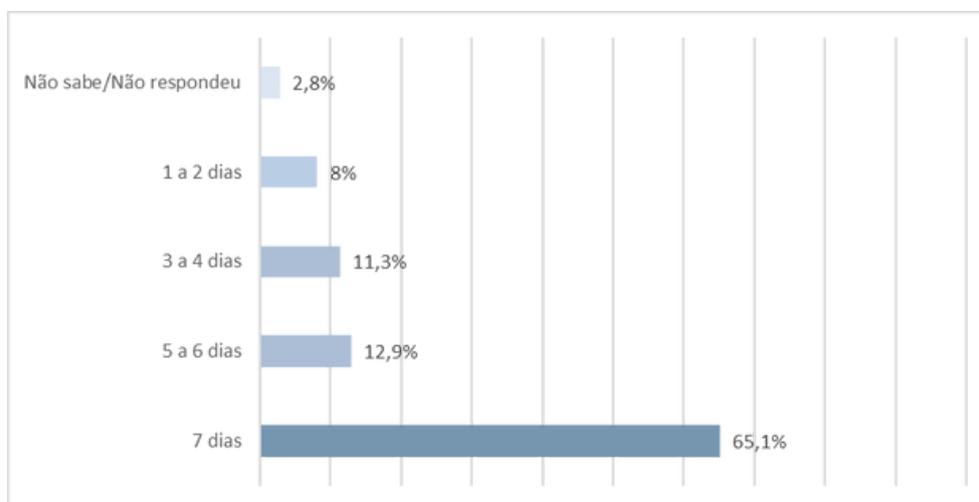
Figura 11 – Principal atividade para obtenção de renda

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Em 2025, 5,7% das pessoas em situação de rua declararam que obtêm renda exclusivamente por meio de benefícios governamentais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou LOAS.

Ao serem questionados sobre a quantidade de dias utilizados para a execução da principal atividade para obter renda, 78% informaram trabalhar cinco dias ou mais por semana nessa ocupação. Apenas 8% relataram dedicar de um a dois dias semanais a essa atividade, como mostra a figura 12.

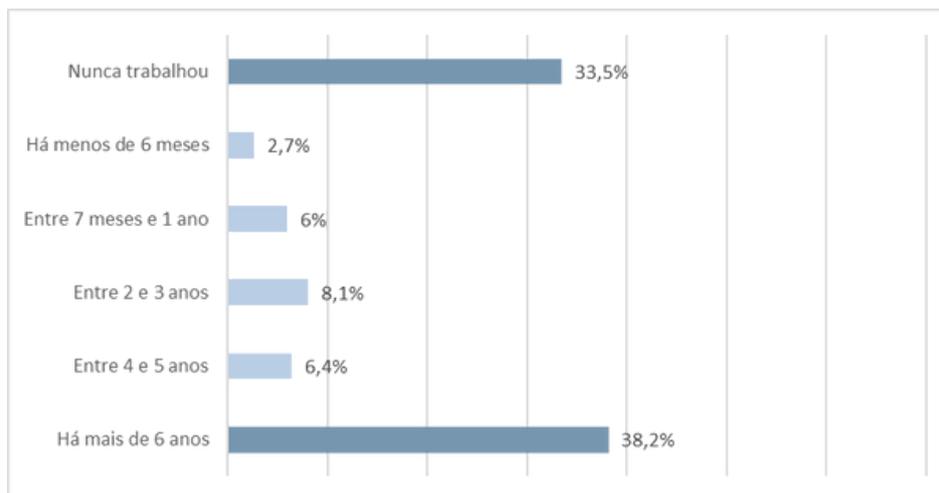
Figura 12 – Quantidade de dias utilizados na principal atividade para obter renda

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Em relação ao tipo de vínculo trabalhista, 86,2% das pessoas que realizam alguma atividade para obter renda são trabalhadores autônomos. Quando questionados sobre a última vez que trabalharam com carteira de trabalho assinada, 38,2% foram trabalhadores formais há mais de seis anos e 33,5% nunca tiveram esse tipo de vínculo (figura 13). Apenas 8,7% possuíam carteira assinada há menos de um ano da realização do censo.

Figura 13 - Última vez com a carteira assinada

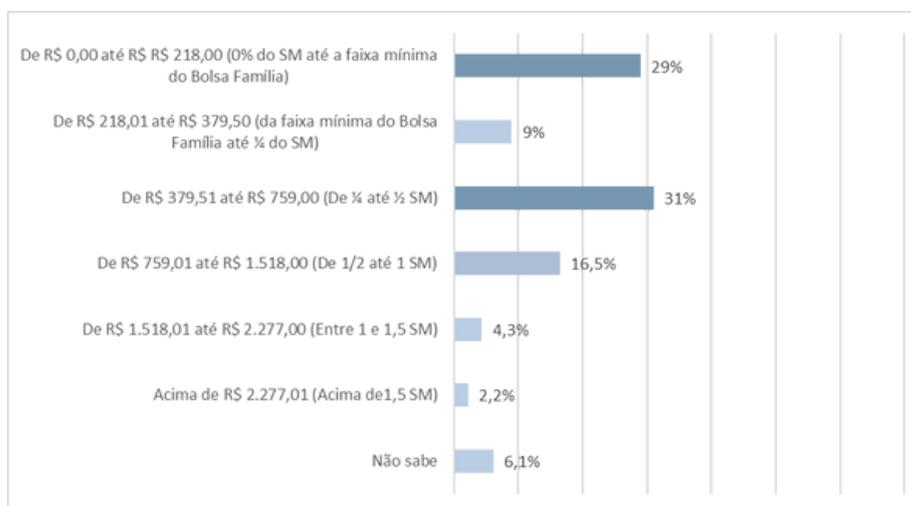


Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Considerando as atividades exercidas e benefícios recebidos, a renda mensal de 29% das pessoas entrevistadas é de até R\$ 218,00, valor que corresponde à faixa mínima para obter habilitação no programa Bolsa Família, como mostra a figura 14. Outros 31% das pessoas em situação de rua possuem renda mensal entre R\$ 379,51 e R\$ 759,00, valor que corresponde a meio salário mínimo, de acordo com o valor-base de 2025 (R\$ 1.518,00).

Figura 14 - Faixas de renda das pessoas em situação de rua

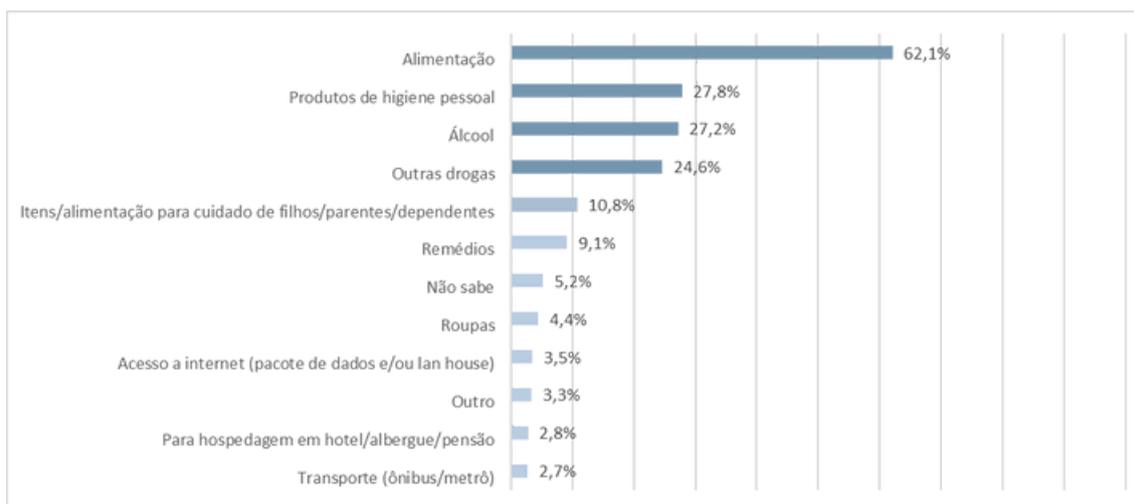


Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Sobre a destinação da renda obtida pelo trabalho, a alimentação é o principal uso da renda adquirida (62,1%), seguido de produtos para higiene pessoal (27,8%), consumo de bebida alcoólica (27,2%) e outras drogas (24,6%). Itens ou alimentação para o cuidado de outras pessoas representam 10,8% do uso desses rendimentos. Outros tipos de uso com menor percentual, como remédios, roupas e transportes, estão descritos na figura 15.

Figura 15 - Destino da renda das pessoas em situação de rua



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Foi perguntado aos responsáveis por crianças e adolescentes se esses menores faziam alguma atividade para obter renda. De acordo com os adultos respondentes, 8,8% (N = 9) das crianças e adolescentes em situação de rua exerciam alguma atividade para obter renda. A principal atividade delas foi a coleta de materiais recicláveis (55,5%, N = 5), seguindo o padrão da principal atividade desempenhada pelos adultos. Entre essas crianças e adolescentes que exercem alguma atividade para obter renda, 1,1% vendem produtos ou prestam serviços, como balas ou a limpeza de para-brisas.

Os dados apresentados nesta seção demonstram um número expressivo de pessoas sem vínculos trabalhistas, tanto durante a situação de rua quanto antes desse momento. Muitas delas nunca trabalharam com carteira assinada (33,5%) ou a última vez em que manteve esse tipo de vínculo foi há mais de 6 anos (38,2%), a contar do período de realização da pesquisa. Entre as que trabalhavam antes da situação de rua, destacam-se as áreas de construção civil e obras, do comércio formal e de serviços gerais/domésticos ou faxina como as mais relatadas por elas.

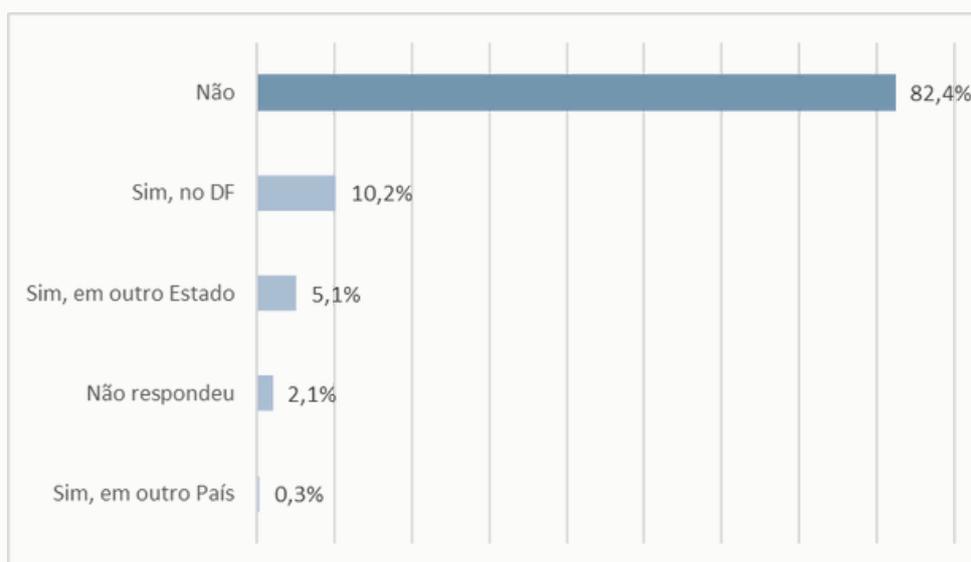
Já nas ruas e seguindo um padrão do censo realizado em 2022, a coleta de materiais recicláveis é central no cotidiano dessas pessoas. Essa atividade é realizada principalmente de forma autônoma, sem associação com cooperativas de materiais recicláveis, seja pelo maior rendimento ao tratar com o revendedor direto, ou porque não sabem como se associar. Somado aos vínculos trabalhistas fragilizados, 69% dessas pessoas possuem renda de até meio salário mínimo, o que demonstra a situação de vulnerabilidade financeira desse público.

3.4. Habitação e moradia

Esta seção aborda a relação das pessoas em situação de rua com a habitação. São apresentadas informações sobre a posse ou não de imóvel, sua localização (no Distrito Federal, em outros estados ou no exterior), as formas de aquisição, o tipo de área onde está situado e os motivos para a não utilização dessa residência. Nestas questões, a casa/residência foi considerada como um local de referência para onde essas pessoas poderiam retornar e contar com suas funções.

Das pessoas em situação de rua abordadas, 15,6% (N = 272) possuem uma casa para morar: 10,2% dessas residências estavam no DF, 5,1% em outro estado e 0,3% em outro país (figura 16). De maneira similar, no censo de 2022, 13,4% das pessoas em situação de rua declararam possuir moradia.

Figura 16 – Proporção de pessoas em situação de rua que possuíam casa (em DF, outros estados ou no exterior)



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 1.746 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Quando se compara o local de residência e local de nascimento, 54,5% daqueles que nasceram em outro estado possuem residência, também, em outro estado. Entre os que nasceram em outro estado, 45,5% possuem residência no DF. Em contrapartida, dos que nasceram no DF, apenas 10,9% possuem casa em outro estado e 89,1% possuem residência no próprio DF. As pessoas que nasceram em outro país, em sua maioria (83,3%), possuem residência também em outro país (tabela 1).

Tabela 1 - Local da residência comparado ao local de nascimento

Nascimento	Tem casa para morar		
	Sim, em outro estado	Sim, em outro país	Sim, no DF
Em outro estado	54,5%	-	45,5%
Em outro país	16,7%	83,3%	-
No Distrito Federal	10,9%	-	89,1%

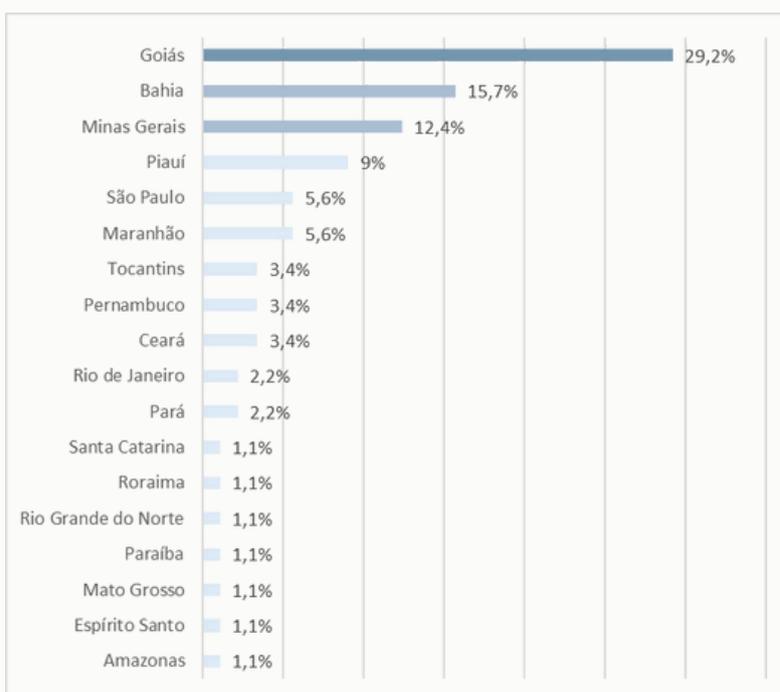
Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 269 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Entre as pessoas que possuem casa em outro estado, 29,2% dessas residências se encontram no estado de Goiás, seguido da Bahia (15,7%), Minas Gerais (12,4%) e Piauí (9%). A figura 17 traz informações sobre outros estados do Brasil, evidenciando a espacialização nacional dessas pessoas.

Figura 17 - Proporção de estados onde as pessoas em situação de rua informaram possuir casa



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 89 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Já no Distrito Federal, as residências se concentram, principalmente, na Região Administrativa de Ceilândia (23,6%), seguida de Planaltina (7,9%) e Plano Piloto, Samambaia e São Sebastião, com 7,3% cada (Tabela 2).

Tabela 2 - Proporção de Regiões Administrativas onde as pessoas em situação de rua informaram possuir casa

RA onde tem casa	Quantidade de respondentes	Proporção
Ceilândia	42	23,6%
Planaltina	14	7,9%
Plano Piloto	13	7,3%
Samambaia	13	7,3%
São Sebastião	13	7,3%
Taguatinga	11	6,2%
Sobradinho I	10	5,6%
Gama	9	5,1%
Núcleo Bandeirante	7	3,9%
Guará	6	3,4%
Paranoá	6	3,4%
Recanto das Emas	5	2,8%
Santa Maria	4	2,2%
Brazlândia	3	1,7%
Candangolândia	2	1,1%
Cruzeiro	2	1,1%
Estrutural/Scia	2	1,1%
Não respondeu	2	1,1%
Sobradinho II	2	1,1%

Continua na página 21

RA onde tem casa	Quantidade de respondentes	Proporção
Arapoanga	1	0,6%
Arniqueiras	1	0,6%
Fercal	1	0,6%
Itapoã	1	0,6%
Lago Sul	1	0,6%
Não sabe	1	0,6%
Riacho Fundo I	1	0,6%
Riacho Fundo II	1	0,6%
Sudoeste/Octogonal	1	0,6%
Varjão	1	0,6%
Água Quente	1	0,6%
Águas Claras	1	0,6%

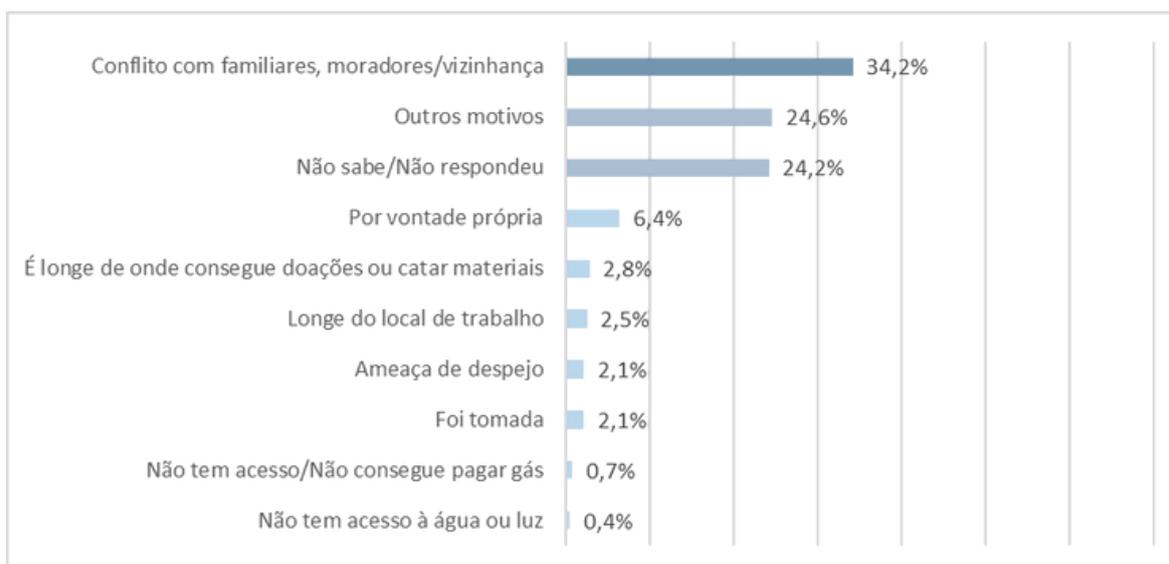
Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 178 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Em relação aos países mencionados como local em que a pessoa declarou ter uma residência, 60% eram da Venezuela (N = 3), 20% da Argentina (N = 1) e 20% do Irã (N = 1). Como especificado no produto temático 1 desta pesquisa, foram identificados, ao todo, dezoito países de origem de pessoas em situação de rua que migraram, sendo os mais frequentes: Venezuela, com 28 adultos e crianças (47,5%); Argentina, com 4 adultos (6,8%); Colômbia com 3 adultos e 1 criança (6,8%), e Irã, com 2 adultos e 1 criança (5,1%).

Entre os 15,6% que possuíam casa, 34,2% das apontaram situações de conflito com família, moradores/vizinhança como principal motivo para não estarem utilizando essas residências. 24,6% apresentaram motivos diversos e 24,2% não sabem ou não responderam por que não moram na residência. Outros motivos relatados foram: vontade própria (6,4%); É longe de onde consegue doações ou catar materiais (2,8%); distância do trabalho (2,5%) e ameaças de despejo (2,1%) (figura 18).

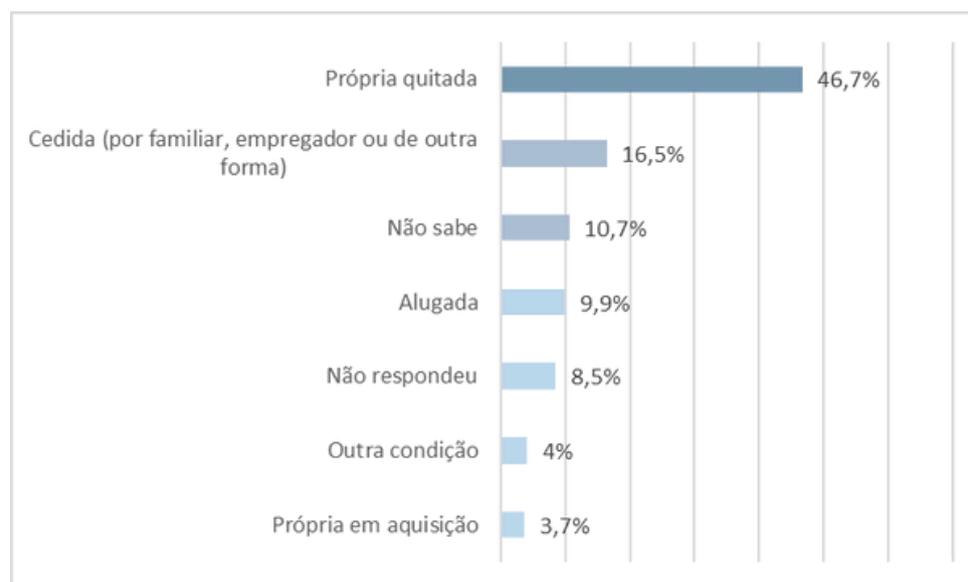
Figura 18 – Motivos para não permanecer na residência

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 281 respostas.

Elaboração: Dijos/IPEDF Codeplan

Quando perguntadas sobre a condição dessas moradias, a maior parte das pessoas informou se tratar de imóvel próprio e quitado (46,7%) ou casa cedida, seja por familiar, empregador ou de outra forma (16,5%). Uma parcela também possuía casa alugada (9,9%) ou casa própria em processo de aquisição (3,7%).

Figura 19 – Forma de aquisição das moradias

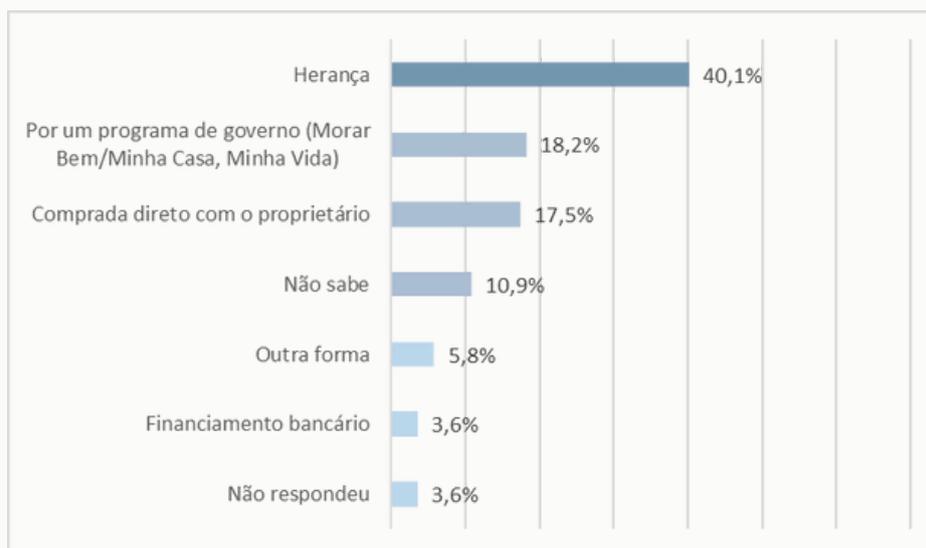
Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 272 respondentes.

Elaboração: Dijos/IPEDF Codeplan.

Entre as pessoas que declararam possuir casa própria – quitada ou em processo de aquisição –, a forma mais recorrente de obtenção do imóvel foi por herança (40,1%). Também se destaca a proporção de moradias adquiridas por meio de políticas e programas habitacionais, como o programa Morar Bem, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) e o Minha Casa, Minha Vida, programa de habitação federal (18,2%).

Figura 20 – Meios de aquisição das pessoas que relataram possuir casa própria (quitada ou em aquisição)



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 137 respondentes.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

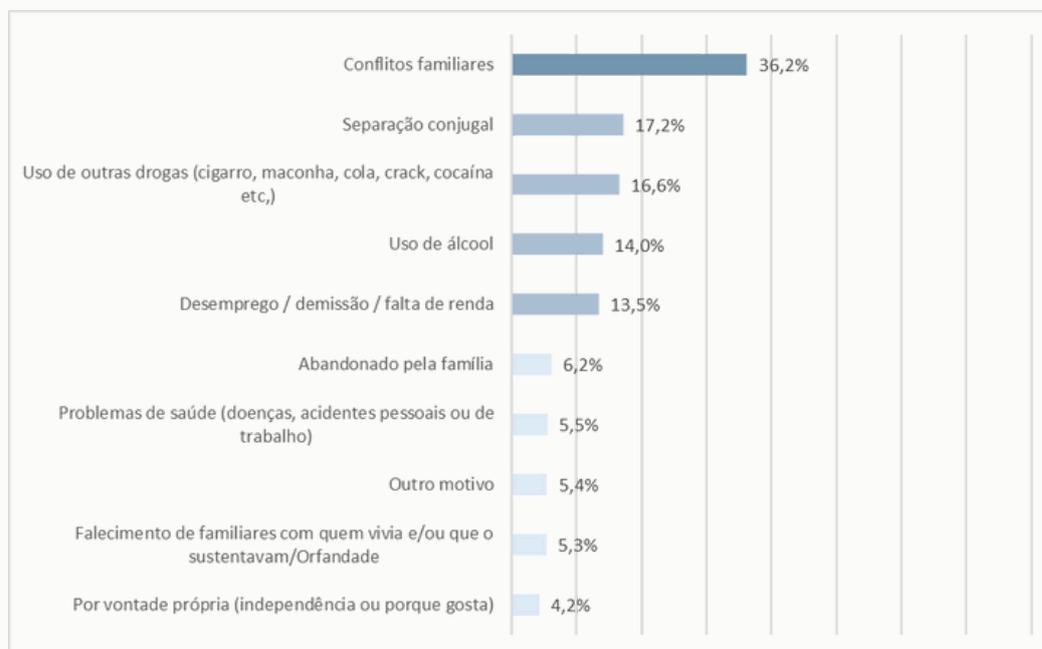
Essas residências estão, principalmente, em áreas regularizadas (68,5%); 6,6% estão em área de ocupação/invasão e 3,3% em áreas de assentamento. 1,8% localizadas em áreas não especificadas.

Ao analisar a situação habitacional das pessoas em situação de rua, a maioria não possui vínculo com moradia. Dos 15,6% que declararam possuir uma casa para morar, a maioria possui domicílios localizados em estados geograficamente próximos ao Distrito Federal, como Goiás, Bahia e Minas Gerais. Esse vínculo rompido ou fragilizado com a moradia está relacionado com conflitos relacionais entre os próprios moradores e/ou a vizinhança.

3.5. Vínculos familiares

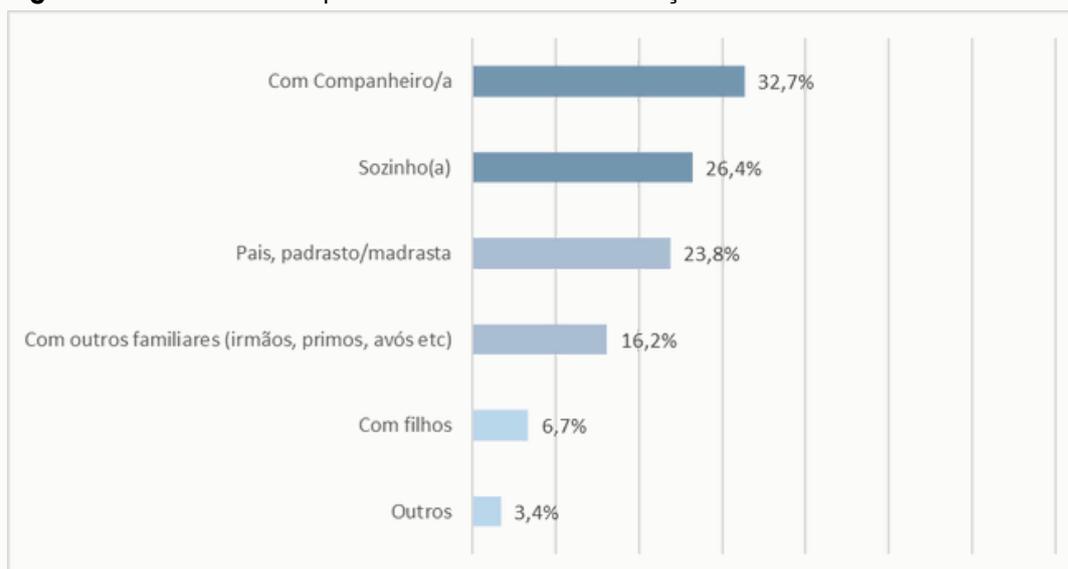
Ao serem questionadas sobre os motivos que as levaram para a situação de rua, os conflitos familiares foram a opção mais elencada (36,2%), seguido de separação conjugal (17,2%) e uso de outras drogas que não o álcool (16,6%). Abandono e falecimento de familiares também foram aspectos citados (figura 21). Essas informações relacionadas ao contexto familiar são importantes para embasar os dados apresentados a seguir sobre companhias antes e depois da situação de rua.

Figura 21 – Motivos de ida para situação de rua



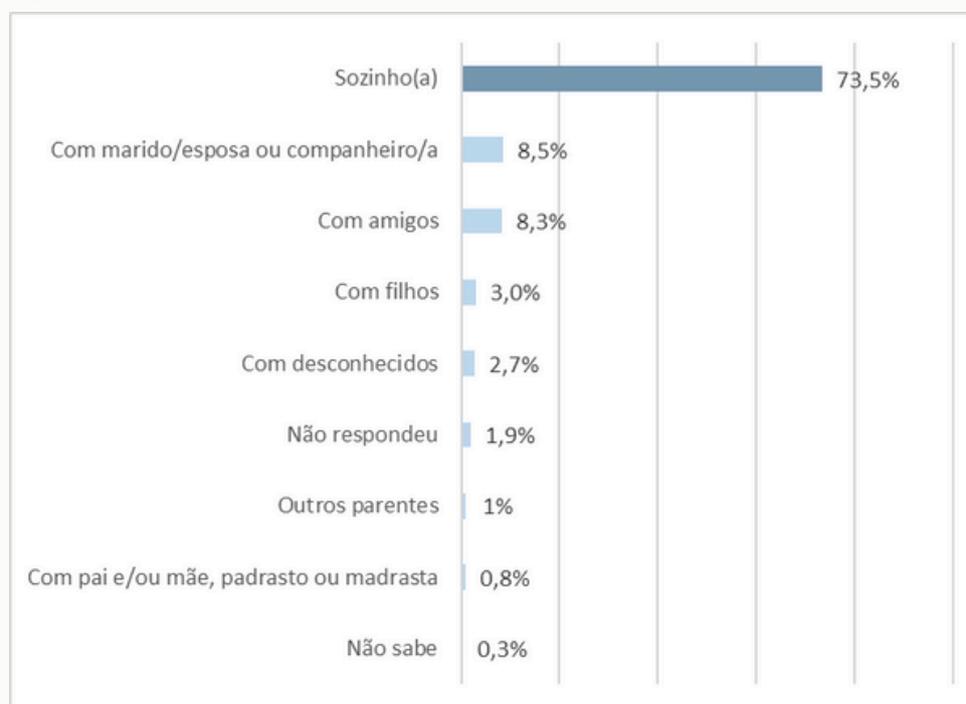
Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025. Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Antes da situação de rua, 32,7% das pessoas moravam com companheiros, 26,4% sozinhas e 23,8% com os pais. De forma agregada, é possível notar que 79,4% das pessoas viviam com alguma companhia, sejam familiares ou companheiros (figura 22).

Figura 22 - Pessoas com quem morava antes da situação de rua

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025. Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

O cenário na situação de rua foi invertido e a maior parte dessas pessoas estavam vivendo sozinhas (73,5%) (figura 23). Esse dado pode estar associado aos conflitos familiares que levaram à ida para as ruas descrita anteriormente.

Figura 23 - Pessoas com quem vivem na situação de rua

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

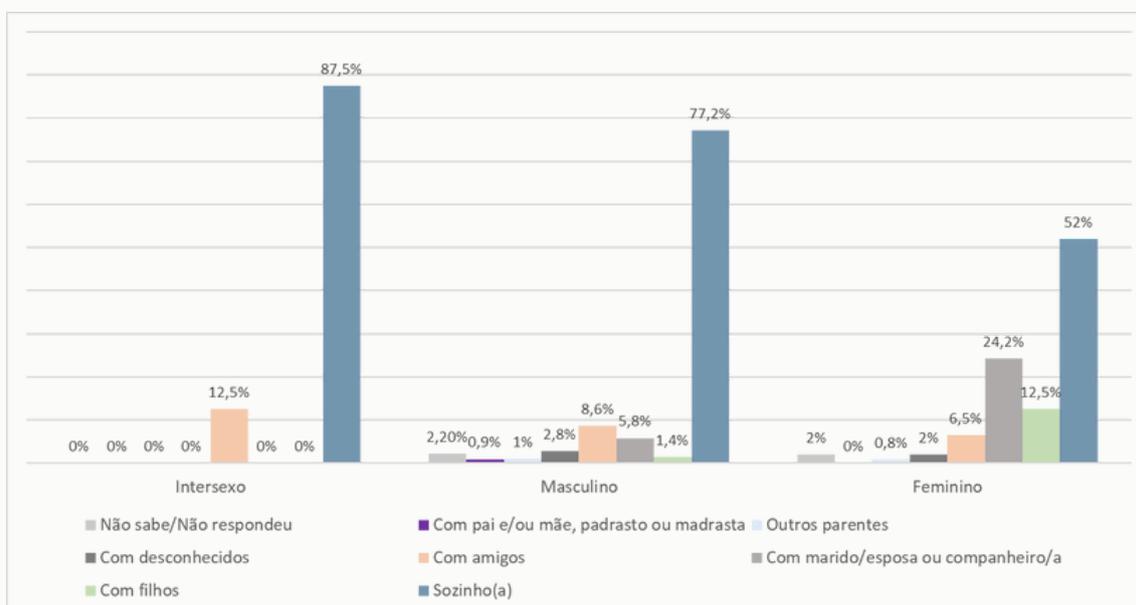
N = 1.671 respostas.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Quando desagregado entre homens e mulheres (figura 24), 52% das mulheres viviam sozinhas, 24,26% com companheiros/as e 12,5% delas estavam com filhos. Inversamente, os homens estão mais sozinhos do que as mulheres (77,2%), com apenas 1,4% deles acompanhados de filhos e 5,8% de companheiras/os. Comparado às mulheres, os homens estão acompanhados, majoritariamente, por amigos (8,6%) e pessoas desconhecidas (2,8%).

Entre as pessoas que informaram viver com companheiros, filhos e outros familiares, a média de conviventes no núcleo familiar é de 1,86 pessoas. A respeito de crianças e adolescentes, 13,7% dos adultos informaram ser responsáveis por menores de 18 anos que estavam em situação de rua. Ao todo, foram encontradas 121 crianças e adolescentes.

Figura 24 - Companhias na situação de rua desagregadas por sexo



Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados censitários, IPEDF Codeplan, 2025.

N = 1.660 respostas.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan

Ainda sobre a manutenção e o rompimento de vínculos familiares, 21,1% das pessoas em situação de rua disseram não manter contato em nenhum momento com os familiares que não estão nas ruas, enquanto 17% delas mantêm contato todos os dias. De forma agregada, a partir da figura 25, é possível perceber que 55,1% das pessoas em situação de rua mantêm contato pelo menos uma vez por ano com familiares que não estão nas ruas.

Figura 25 – Frequência do contato com familiares que não estão em situação de rua

Fonte: 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, resultados amostrais, IPEDF Codeplan, 2025.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Entre as pessoas que informaram nunca ter tido contato ou que não tiveram contato há mais de 1 ano, 29,2% relataram essa situação por preferir não ter contato, 27,3% por ter problemas de relacionamento e 25,5% porque perderam as informações necessárias para manter a comunicação; 13,8% não mantêm contato por conta do afastamento da própria família e 16% por outros motivos. 4,4% não responderam.

Com base nesses dados, observa-se que muitas pessoas em situação de rua vivem sozinhas, cenário que contrasta com o período anterior à vivência nas ruas, no qual predominavam relações com companheiros e familiares. Proporcionalmente, os homens estão mais frequentemente desacompanhados que as mulheres, que tendem a viver na companhia de filhos e/ou companheiros. Apesar de estarem desacompanhadas, metade dessas pessoas mantém algum contato com a família ao menos uma vez por ano, o que indica que os vínculos não foram completamente rompidos.

4 Considerações finais

Este é o segundo produto temático da série de quatro lançamentos dos resultados do 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, contendo informações sobre a situação educacional dos adultos e crianças e adolescentes em situação de rua, das condições de trabalho e renda e dos vínculos com a moradia e com familiares. Alguns desses aspectos, como condições de trabalho e vínculos familiares, permitiram comparar informações relativas aos períodos anterior e posterior à vivência em situação de rua. De forma geral, foi possível constatar a fragilidade e a vulnerabilidade associadas às condições educacionais, aos vínculos trabalhistas e familiares que compõem a realidade dessas pessoas.

Os dados relativos à educação demonstraram um baixo nível de escolaridade dessa população, que interrompeu os estudos principalmente no ensino fundamental. Embora a maior parte delas saiba ler e escrever sem dificuldade, 7,5% não escrevem e 7,3% não leem de forma alguma, o que indica a presença de analfabetismo nesse público. Parte dessa população realizou cursos profissionalizantes, principalmente na área de informática e construção civil, informação que auxilia na construção de políticas públicas para inserção no mercado de trabalho que contemplem essas áreas do conhecimento. Os dados educacionais, seja do nível de ensino ou da realização de cursos e capacitações, seguem um padrão que foi encontrado no censo de 2022.

Das crianças em situação de rua, a maioria das que estão em idade escolar frequentam o ensino fundamental. Limitação de vagas, falta de transporte ou distância são questões apontadas para estarem fora do ambiente escolar, sinalizando para políticas e ações que fortaleçam as políticas educacionais voltadas para garantia do direito à educação, como a Escola Meninas e Meninos do Parque da Secretaria de Estado de Educação. Algumas dessas crianças e adolescentes realizam atividades para obter renda, sendo a principal delas a coleta de materiais recicláveis, como os adultos em situação de rua.

A coleta de materiais recicláveis é central na dinâmica da situação de rua: 51,4% das pessoas realizam a catação, independentemente de ser ou não a principal atividade para obtenção de renda. Alguns aspectos dessa atividade são importantes a serem observados para a promoção de políticas públicas, como o incentivo a vínculos empregatícios, seja com associações ou de outras formas, ou às maneiras de armazenar e coletar esses materiais de maneira segura.

Em relação ao trabalho, a fragilização desse vínculo ocorre para a maior parte das pessoas desde antes da situação de rua, em que muitas não trabalhavam ou não possuíam carteira assinada há anos. Já as pessoas que trabalhavam antes da situação de rua tinham experiências principalmente no setor de serviços e no setor da construção civil. Atualmente, na situação de rua, a maioria expressiva das pessoas não possui vínculo trabalhista e conseguem renda de até meio salário mínimo, sinalizando para a situação de vulnerabilidade financeira desse público.

No quesito habitação, a maioria das pessoas em situação de rua declararam não possuir moradia e, entre as poucas pessoas que ainda mantêm algum vínculo com a residência, os principais motivos relatados para não conseguirem acessá-la foram conflitos familiares ou comunitários. Esse aspecto reforça que a situação da rua está relacionada não apenas à ausência material da moradia, mas também a fragilidades nas relações sociais dessas pessoas.

No aspecto relacional, a vivência da situação de rua é predominantemente solitária, com muitas pessoas vivendo sozinhas: cenário distinto daquele anterior à situação de rua, quando a maioria convivia com companheiros ou familiares. A questão de gênero é central, especialmente ao se considerar que essa população é composta majoritariamente por homens, os quais tendem a viver mais isolados do que as mulheres que estão na mesma situação. Ainda assim, mais da metade desse grupo mantém algum contato com familiares ao menos uma vez por ano, o que aponta para vínculos que, embora enfraquecidos, não foram totalmente rompidos.

O conjunto dessas informações aponta para a necessidade de políticas públicas transversais, que integrem ações nas áreas de educação, trabalho, moradia e fortalecimento de vínculos, sejam eles relacionais ou nos âmbitos listados anteriormente. Espera-se que esses dados contribuam para o aprimoramento das políticas e planos para as pessoas que estão em situação de rua, bem como para o fortalecimento e preservação dos vínculos sociais de outros públicos em situação de vulnerabilidade.

5 Referências bibliográficas

BELO HORIZONTE, Frederico Duarte Garcia *et al.* **IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte: BH+INCLUSÃO.** Belo Horizonte, MG: Itrium Consultoria, Pesquisa, Treinamento e Edição em Saúde, 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Para%20fins%20deste%20Decreto%2C%20considera,%C3%A1reas%20degradadas%20como%20espa%C3%A7o%20de. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. **Perfil da população em situação de rua do Distrito Federal.** Relatório de pesquisa. Brasília: IPEDF, 2022.

RECIFE, Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Relatório final: censo da população em situação de rua da cidade do Recife.** Recife, PE, 2023.

RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Assistência Social; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos– IPP. **Censo de População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro 2022.** Rio de Janeiro, Rio prefeitura, Data.rio, março de 2023.

SALVADOR, Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS. **Relatório do Censo Geral da População em Situação de Rua da Cidade de Fortaleza/CE – 2021.** Fortaleza, Ceará, Fortaleza, Prefeitura, 2021.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Relatório completo do Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo.** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). São Paulo. 2021.

PESQUISA
POP RUA

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal - SAM

Bloco H, Setores Complementares

Ed. IPEDF Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-2222

www.ipe.df.gov.br

ipe@ipe.df.gov.br